



Assembleia Municipal

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 28 DE JULHO DE 2009

Acta n.º 33

Ao vigésimo oitavo dia do mês de Julho do ano de dois mil e nove, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:45 horas, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte e dois de Julho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação das actas das sessões de 31/03/2009 e 30/04/2009;

PONTO SEGUNDO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Criação do Conselho Municipal da Juventude de Albufeira e do seu Regulamento, nos termos do art. 25.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro; -----

PONTO QUARTO: Nomeação dos representantes da Assembleia Municipal para integrarem o Conselho Municipal da Juventude de Albufeira, nos termos da alínea b) do art. 4.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª revisão das Grandes Opções do Plano 2009/2012, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3ª revisão do Orçamento para o ano 2009, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SETIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público (art. 130º a 154º do D.L. n.º18/2008 de 29 de Janeiro) para prestação de serviços de transporte colectivo de passageiros em circuitos não definidos, até ao limite de 1 200 000.00 Euros, nos termos do n.º1 e do n.º6 art. 22º do D. L. n.º 197/99 de 8 de Junho. -----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina

Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita (22:50h), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífar, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albufeira, Hélder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, da Guia, José Cabrita, e de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Rolo, Marlene Silva e Carlos Quintino, e em regime de não permanência, o Vereador Mário Soares Alves. -----

FALTAS: Sílvia Duarte Correia da Rosa, Euridice Eugénia Mendes Vieira e o Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro.

SUBSTITUIÇÕES: Face ao pedido de substituição apresentado pelo membro, Sílvia Rosa, foi verificada a legitimidade e identidade do elemento imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, o membro, José Manuel Guerreiro Vila Nova. -----

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão com o período de destinado ao público. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não havendo intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro-Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA, que fica ao inteiro dispor dos digníssimos Membros da Assembleia para consulta. -----

De seguida o Presidente da Assembleia encerra o Período Antes da Ordem do Dia e inicia o Período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação das actas das sessões de 31/03/2009 e 30/04/2009; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: ACTA DE 31/03/2009 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Carlos Duarte Vieira Gabriel e Maria Eugénia Xufre Baptista. --

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, José Manuel Bota Sequeira, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Vítor José Correia Maria Vieira, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífar, Hélder Manuel Rodrigues Sousa, José Cabrita, Vítor José Cabrita Neto, Fernando Vieira Vitória Cabrita, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Francisco José Pereira Oliveira, Ricardo Jorge Coelho

Clemente da Silva, Fernando Manuel de Sousa Gregório, Berto José Rita Palma e Fernando Cabrita Neves. -----

Ausências: zero (00) -----

A acta foi aprovada por maioria -----

VOTAÇÃO: ACTA DE 30/04/2009 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Carlos Duarte Vieira Gabriel e José Manuel Guerreiro Vila Nova. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, José Manuel Bota Sequeira, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Vítor José Correia Maria Vieira, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro, Hélder Manuel Rodrigues Sousa, José Cabrita, Vítor José Cabrita Neto, Fernando Vieira Vitória Cabrita, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Francisco José Pereira Oliveira, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Fernando Manuel de Sousa Gregório, Berto José Rita Palma e Fernando Cabrita Neves. -----

Ausências: zero (00) -----

A acta foi aprovada por maioria -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de Albufeira, nos termos da alínea a) do n.º2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto. Nós, na altura, remetemos aquilo que nos tinha sido enviado pela Câmara Municipal, contudo, a nossa Segundo Secretário Dra. Eugénia vem a constatar posteriormente que, isto se trata de um documento de trabalho e não de um documento susceptível de deliberação. Feita a devida consulta à Câmara, de facto houve aqui um lapso e isto foi à Reunião de Câmara e terá passado na Câmara este documento de trabalho que não é o documento final que tinha sido já objecto de conversa, de debate, na Câmara. Como tal, eu entendo que o documento não é susceptível de ser substituído e parece que, na própria Câmara terá que ser novamente sujeito com o respectivo documento correcto. Portanto, eu proponho retirar este ponto da ordem de trabalhos. -----

VOTAÇÃO: RETIRAR O PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, José Manuel Bota Sequeira, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José

Guerreiro Gonçalves, Vítor José Correia Maria Vieira, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro, Hélder Manuel Rodrigues Sousa, José Cabrita, Vítor José Cabrita Neto, Fernando Vieira Vitória Cabrita, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Francisco José Pereira Oliveira, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Fernando Manuel de Sousa Gregório, Berto José Rita Palma e Fernando Cabrita Neves. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Criação do Conselho Municipal da Juventude de Albufeira e do seu Regulamento, nos termos do art. 25.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Francisco Calhau - Sobre este ponto gostava de tecer algumas considerações, relativamente à última reunião que houve da Assembleia Municipal, em que foi feita uma proposta da criação por parte do PS do Conselho Municipal da Juventude. Nós, naturalmente, na altura, numa atitude perfeitamente construtiva, votamos favoravelmente. E fizemo-lo porque, esse mesmo Conselho Municipal já estava a ser estudado, inclusivamente o próprio regulamento estava na Assessoria Jurídica da Câmara para análise. Portanto, a nossa atitude foi perfeitamente construtiva, quando o fizemos na altura. O que nos desagrada é que posteriormente se tenha feito um aproveitamento político dessa posição aqui, em que de certa forma, se utiliza a nossa votação de uma forma que consideramos abusiva, e que em certa medida também queríamos deixar aqui claro que é extremamente injusto para o trabalho que estava a ser feito pelo executivo, em particular com a Vereadora Dra. Marlene Silva que, dessa forma, vê todo o seu trabalho que estava em curso na altura ser perfeitamente posto de parte pela oposição, que não nos parece, de forma alguma, consentâneo com o que foi a nossa tomada de posição. Portanto, gostaria de deixar aqui este protesto do PSD, pela utilização abusiva, no nosso entender, de aproveitamento político de uma posição construtiva que tivemos nesta Assembleia, na última reunião. E solidarizar-me, naturalmente, com aquilo que foi, e com toda a razão, a indignação da própria Vereadora, que vê o seu trabalho ser esquecido, como se não existisse, quando se faz essa proposta aqui. E portanto, também queremos expressar aqui a nossa solidariedade para com a Vereadora. Agora, perante esta proposta, teremos algumas pequenas sugestões a fazer ao Regulamento, que, se o Sr. Presidente entender ser a altura, podermos passar a enumerar. Em nosso entender, este regulamento em termos gerais concordamos com ele, consideramos que pontualmente pode haver dois pequenos ajustamentos. Entendemos que, no artigo 5º se deve nesta fazer uma transcrição da Lei. Entendemos também que, não está muito claro não só no regulamento e na própria Lei, quais são as durações do mandato. Subentende-se que, e é isso que nós

gostaríamos de ver constar no próprio regulamento, e propúnhamos que aparecesse nas considerações finais, antes do actual art. 27º, que passaria a 28º e criaríamos um novo artigo em que a redacção fosse deste teor: "1. A duração geral do mandato do Conselho Municipal da Juventude é coincidente com os mandatos autárquicos; 2. Não obstante o disposto no número anterior, os representantes a que se refere o art.4º podem ser substituídos em qualquer altura por deliberação válida da respectiva entidade." Aqui entendemos que, com este pequeno acréscimo, ficaria claro a questão dos mandatos. São as duas propostas feitas. -----

Ricardo Silva - É para esclarecer algumas questões. Da parte do PS não houve aproveitamento político. Ficamos, de facto, se calhar, um pouco ofendidos com a interpretação que foi levada pela bancada do PSD. Não foi de essa forma que nós levamos a cabo a intenção da Criação do Conselho Municipal da Juventude. Não foi nunca nossa intenção ter aproveitamento político, foi sim a vontade da Criação do Conselho Municipal da Juventude. O que é facto, é que aparece aqui o regulamento para apreciação, hoje. Se, de facto, foi o PS que despertou essa atenção, muito bem, acho que é um bom princípio. E fica registado aqui que foi o PS que despertou essa atenção. Se já estava a ser feito esse trabalho, é bom, é sinal de que as pessoas estão empenhadas, e com todo o mérito e respeito, nós valorizamos isso. Sobre a questão levantada pelo Francisco Calhau, não foi essa a nossa intenção, que fique bem claro, a nossa intenção foi sim a Criação do Conselho Municipal. Tenho dito. -----

Fernando Neves - O reparo que foi feito à oposição por parte do PSD, penso que não incluiu a CDU. Penso que não foi intenção, de quando se referiu à conduta do PS em relação a essa situação, não incluiu a CDU, com certeza?! Quando fala em oposição, não é só o PS, também está a CDU. -----

Francisco Calhau - Tem toda a razão, apresento as minhas desculpas. Faz todo o sentido. -----

Fernando Neves - Em relação à Criação do Conselho Municipal, relativamente ao regulamento, só uma observação ao art.4º alínea h). Não está definida a idade em que a Juventude pode participar no Conselho. E quando se fala em juventude e não se fala em idade, eu também posso fazer parte da juventude. Era bom que fosse assumido qual o limite de idade para o representante de cada organização da juventude partidária com representação nos órgãos do município ou na Assembleia da República. Normalmente, na Juventude, as organizações partidárias têm definido o limite de idade. -----

Presidente da Assembleia - Se me permite, eu não gosto muito de responder. A observação está correcta, mas cada organização partidária, tem ela própria, nos seus estatutos, o limite de idade para as pessoas. Cada organização partidária estabelece qual é o seu limite de idade dos seus jovens. A CDU terá um, o PSD é até aos trinta, o PS penso que também é até aos trinta. Está esclarecida a dúvida? -----

Paulo Freitas - Efectivamente, há algumas considerações a fazer relativamente à deliberação que tivemos na última Assembleia Municipal. Foi considerado unânime pelo sufrágio desta Assembleia que a questão do Conselho Municipal da Juventude de Albufeira era uma questão importante, não obstante, obviamente, o facto de o executivo não ter a obrigação de nos trazer aqui uma carta dos trabalhos que decide

fazer, ou decide não fazer. Foi solicitado a introdução deste assunto na ordem do dia pelo PS. Foi deliberada introdução na ordem do dia, foi deliberado por unanimidade a aprovação de que se devia constituir o conselho municipal da juventude, a aprovação do regulamento e deveria ter-se ficado por aí, ou seja, que a Assembleia Municipal teria deliberado recomendar à Câmara Municipal o tratamento desta questão com algum carácter de urgência. A urgência pelos vistos foi só desta Assembleia Municipal, porque o Governo, através do Instituto da Juventude, ainda não tomou as devidas urgências para o Conselho Regional. Obviamente que, a deliberação do órgão, Assembleia Municipal, sendo que foi por unanimidade, deixa de ser do partido A, B, ou C, passa a ser uma deliberação da Assembleia, com as suas considerações positivas. Tirar algum aproveitamento político pela bondade da apresentação com carácter de urgência, como foi mencionado, tentando demonstrar que o executivo nada estaria a fazer relativamente a esta questão, parece exagerado. Por A + B, se demonstra que o executivo estava a organizar os trâmites da criação do conselho municipal da juventude. Estava a estudar o seu regulamento, a estudar a sua composição, e hoje, traz-nos o regulamento do Conselho Municipal da Juventude. Não obstante as valias da deliberação da Assembleia, mas efectivamente, pretender e publicitar a deliberação como apenas própria e querer retirar um benefício de uma situação unânime da Assembleia, e chamar só a si o privilégio da deliberação, parece-nos algo exagerado, parece-nos querer retirar benefícios ilegítimos e transparecer para a opinião pública uma coisa que não corresponde à verdade, que é, de que isto só funciona e o Conselho Municipal da Juventude só será instituído porque houve uma deliberação desta Assembleia sob proposta do PS. Parece-me exagerada esta posição, contudo, aqui hoje temos, sob proposta da Câmara Municipal o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, e que se espera que seja aprovada com unanimidade, como foi a proposta do PS. -----

Francisco Oliveira - O Sr. Presidente tirou-me as palavras da boca quando respondeu ao Sr. Neves. É que na verdade, as Juventudes Partidárias, elas próprias definem quem pode pertencer ou não. E como felizmente não estamos na China onde as Juventudes Partidárias são até aos cinquenta e cinco anos, eu penso que aí estamos à vontade para perceber quem vai pertencer ou não. -----

Adriano Ferrão - Eu queria também tecer aqui uma consideração, que me parece pertinente, que tem a ver não com o que se passa aqui na Assembleia Municipal mas, com a própria política nacional do PS, uma política de usos e promessas sem substanciação. E mais uma vez esta política se mostra aqui na própria legislação que subjaz ao regulamento que estamos a tratar. Traz dificuldades à execução funcional da criação do Conselho. Pois, naquilo que se trata da conclusão da própria Lei, menciona que a composição dos Conselhos Municipais da Juventude devem ter um representante do município do Conselho Regional da Juventude. Ora, o representante do Conselho Regional da Juventude é uma figura que existe aqui, está aqui mencionada, mas que nem sequer está legislada, nem se conhece como é que o órgão vai ser feito, nem como é que vai trabalhar. É algo que se cria, põe-se o anúncio da existência e depois, não há legislação e não existe esse Órgão aqui. Como é que se vai arranjar um representante para um Órgão não existente? Também é complicado. Pôr um representante do

município num Órgão que não existe, parece-me completamente ridículo. E é isso que depois, é difícil fazer com o regulamento, que está na Lei e que está de acordo com ela mas que na realidade não passa de uma utopia. -----

Francisco Oliveira - É só para lhe responder. Terá a ver com algum desconhecimento como as Leis funcionam. Como sabe, muitas Leis entram em vigor e só mais tarde vêm a ser regulamentadas. Só mais tarde vêm a ser criados determinados organismos. E, portanto, este é um caso concreto, em que a Lei é criada, não entra em vigor na sua plenitude, neste caso concreto este representante porque ainda não foi criado o Conselho Regional da Juventude, e quando for criado, assim o será. Quantos diplomas legais são criados, legislados e aprovados, e só entram em vigor passados, um ano, seis meses, o tempo que for necessário até à legislação das portarias e das normas de regulamentação. É só nesse sentido. Portanto, não vejo o que possa haver aqui de confusão, ou qualquer coisa que não seja o habitual no processo legislativo. -----

Adriano Ferrão - O Senhor Deputado acabou de me tirar as palavras da boca. Realmente é habitual e, é habitual também o anúncio de medidas e da criação de organismos e depois, passam-se seis meses, um ano, três anos, passa-se o mandato inteiro e não aprendem que em nada serve esse habitualismo. -----

Fernando Neves - Não queria responder a qualquer tipo de provocação. Mas, só para mencionar, de facto, cometi um lapso, qualquer Juventude tem definida a idade. Fui eu que pus o pé na argola. Não aceito a comparação com a China e os Chineses. -----

Francisco Calhau - Ouvi com atenção a intervenção e a explicação do deputado Francisco Oliveira e concordo com a interpretação legal, a única coisa que aqui está em questão é o significado político da coisa. E é essa questão, politicamente, que está aqui em causa. Como é que se considera, a nível de concelho, uma coisa tão importante ao ponto de se ter feito o que se fez, e a nível regional, a existência ou não desse órgão não tem importância. É só essa a questão que eu não entendo. Não é uma questão legal, que eu admito e aceito, e foi perfeitamente justificada, mas é uma questão política em si que está aqui em causa. -----

Francisco Oliveira - Eu pouco terei a dizer, mas parece-me que se está a fazer aqui uma tempestade num copo de água. Não vejo necessidade de justificação, explicação de algo que é perfeitamente razoável. -----

Presidente da Câmara - Sinto-me na obrigação de dizer aqui três ou quatro coisas, porque não estive na reunião da Assembleia Municipal do dia trinta, quando foi a apresentação dessa proposta. Gostaria de deixar aqui registado o que é que se estava a fazer, para ficarem com uma noção do que é que se estava a fazer em relação a essa questão. Eu tinha estado uma semana antes reunido com a Vereadora e Vereadores, no sentido de preparar todos os documentos necessários para o Conselho Municipal da Juventude. A Vereadora disse-me que os regulamentos tinham seguido para o Gabinete Jurídico para serem todos preparados. E eu, uma semana antes, a vinte e tal de Junho disse: "eu quero isso preparado para a primeira reunião de Câmara de Julho para levar para a Assembleia", porque nós temos um prazo que nos permite intervir até Setembro. Mas isto não aparece por magia. E que o PS não acredite que, depois do dia trinta é que nós conseguimos preparar o Regulamento, preparar tudo, para estar uma semana a seguir em Reunião de Câmara. Que fique bem claro! Porque estas coisas

fazem-se seriamente e fazem-se com trabalho. E o trabalho tem sido feito, em que a Vereadora teve um esforço muito grande nessa matéria. Como eu disse, eu acho que, e como Presidente da Câmara e tendo uma Vereadora onde ela está fazendo um trabalho que depois é desvalorizado no âmbito da Assembleia Municipal, obviamente se a intenção foi fragilizá-la politicamente, eu quero aqui dizer que ela saiu reforçada politicamente nesta situação, porque é uma Vereadora que acredito e que trabalha comigo. Obviamente que não posso permitir que, um processo que ela tem feito com esforço, com trabalho e que estava preparado para Reunião de Câmara, possa ser aproveitado como se não houvesse trabalho nenhum, num comunicado onde dava a impressão que tudo ia aparecer a partir do dia trinta de Junho. É só para ficar aqui claro que, esse trabalho estava feito, estava a ser executado, estava preparado para Reunião de Câmara e posteriormente, Assembleia Municipal. Eu não estive nessa Assembleia mas, tendo em conta o trabalho que estava a ser feito, tendo em conta a reunião que tive com os Vereadores onde exactamente um dos pontos foi a aprovação desse trabalho, eu não posso admitir que esse valor que nós damos e é de valorizar cada um dos Vereadores, cada um dos pelouros que têm assumido, não posso deixar aqui de transmitir à Assembleia Municipal esse reconhecimento e ao mesmo tempo, também, valorizar o trabalho da Vereadora. Que fique bem registado. Sobre a outra parte não me prencio mas, sobre o trabalho que estava a ser feito, a Vereadora, num contexto do executivo, saiu reforçada, com o trabalho que tem estado a desenvolver nesta área. -----

Ricardo Silva - É para reforçar o que disse há pouco. De facto, nós não compreendemos o desagrado da nossa apresentação da intenção da criação do Conselho Municipal da Juventude. A nossa intenção era aquela, foi aprovada e ficamos um pouco espantados e não estamos aqui a criticar ninguém, muito pelo contrário, se de facto o trabalho estava a ser desenvolvido e foi desenvolvido, é bom, é sinal que trabalham e têm todo o mérito. Nós respeitamos isso e damos todo o valor. Não foi nossa intenção desvalorizar isso, nunca nos passou pela cabeça, foi sim, tendo em conta a Lei que existia, levar a cabo a criação do Conselho Municipal da Juventude. Sobre esse ponto julgo que estamos esclarecidos, não entendemos esse nervosismo que existe da parte do PSD sobre essa questão, porque de facto, não foi nossa intenção tirar aproveitamento político nenhum, foi sim, a criação do Conselho Municipal da Juventude. Tenho disto. -----

Paulo Freitas - Estamos todos a falar sobre o mesmo, mas, se alguém está a sentir as dores de parto, não somos nós. Nós estamos a valorizar as coisas, estamos a dar mérito no devido tempo. Já demos mérito ao PS por ter trazido aqui, com tanta urgência, a proposta da criação do Conselho Municipal da Juventude, mas não podemos deixar de tirar o mérito a quem tinha o trabalho feito nesta área, porque, efectivamente, a lei atribuiu um prazo de seis meses para os municípios que ainda não tivessem instituído o Conselho Municipal da Juventude, o instituíssem, e o que já o tivessem, fizessem a adaptação à Lei. A Câmara Municipal de Albufeira, o órgão executivo, não violou ou ultrapassou este prazo, estava dentro de um cronograma responsável, e o Senhor Presidente acabou de dizer aqui, que a Sra. Vereadora responsável pelo pelouro, a fazer um trabalho de sustentação e de estudo, em que se

estava a munir dos respectivos pareceres jurídicos para trazer a esta Assembleia o regulamento. Não mostramos aqui e até agora, pelo menos que eu tenha notado por parte da bancada do PSD, relativamente a esta questão, qualquer nervosismo, parece-me que estamos todos tranquilos relativamente a esta questão. Estamos apenas a dar os louros a quem teve o trabalho para este efeito. É simples. Trata-se de um reconhecimento que é público ao trabalho da senhora Vereadora, o Sr. Presidente acaba de o fazer, nós da bancada do PSD acabamos de o fazer, o reconhecimento do trabalho efectuado. E quem falha deve ser criticado, quem faz um bom trabalho, também deve ser elogiado. Não há nenhum nervosismo, pelo contrário, há uma tranquilidade lactente nos Membros do PSD, há a consciência de que foi feito um bom trabalho, relativamente a esta questão do Conselho Municipal da Juventude. A Câmara Municipal, o Executivo, não violou as regras da Lei, não ultrapassou os prazos, relativamente a isto, no que diz respeito à bancada do PSD penso que é um assunto encerrado, dando os louros à Sra. Vereadora, damos os louros ao Executivo pelo trabalho executado, dando os louros ao PS pela urgência com que nos brindou na última sessão com aquela proposta de regulamento municipal, damos também aqui os louros ao Governo pela urgência da criação dos organismos regionais competentes para auxiliar estes conselhos municipais da juventude, saímos daqui todos loureados. -----

Presidente da Assembleia - Tenho aqui na mesa uma proposta, não sei se querem discuti-la já, ou se ainda querem fazer mais uma troca de galhardetes. Disponham à vontade. Tenho aqui uma proposta apresentada pelo Membro Francisco Calhau em relação ao Regulamento que é: o art.5º passar a ser a redacção do art.5º da Lei; o art.27º estabelecer a duração geral dos mandatos, fazê-los coincidir com os mandatos autárquicos e com o n.º2 que, dado que os Membros do Conselho no que se refere a associações pode haver divergências de mandato, mandatos de um ano, de dois anos, dar-lhes aqui a faculdade de, não obstante o número anterior, ou seja, que a duração do mandato coincide com os mandatos autárquicos, que os representantes a que se refere o art.4º podem ser substituídos em qualquer altura por deliberação válida da respectiva entidade; que o art.28º, passaria a ter a redacção do actual art.27º. Está também esta proposta à discussão. O Sr. Presidente de Câmara mantém a sua proposta na íntegra, ou aceita integrar a proposta feita pelo Membro Francisco Calhau na vossa proposta? -----

Presidente da Câmara - Aceito integrar. -----

Presidente da Assembleia - Neste momento, o Sr. Presidente da Câmara aceita e penso que a Assembleia também não se opõe que esta proposta passe a fazer parte integrante da proposta apresentada. As alterações são mínimas. Está à discussão. -----

Francisco Calhau - Isso vai só de encontro ao espírito que está na Lei, mas é importante que seja clarificado. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA DA C.M.A COM ALTERAÇÃO APRESENTADA PELO PSD -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Francisco João

Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Vítor José Correia Maria Vieira, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífar, Hélder Manuel Rodrigues Sousa, José Cabrita, Vítor José Cabrita Neto, Fernando Vieira Vitória Cabrita, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Francisco José Pereira Oliveira, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Fernando Manuel de Sousa Gregório, Berto José Rita Palma e Fernando Cabrita Neves. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO QUARTO

Nomeação dos representantes da Assembleia Municipal para integrarem o Conselho Municipal da Juventude de Albufeira, nos termos da alínea b) do art. 4.º da Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro; -----

Presidente da Assembleia - Cada Partido fará a sua designação. -----

Francisco Calhau - Pelo PSD, a Membro Ana Pífar. -----

Francisco Oliveira - Pelo PS, o Membro Ricardo Silva. -----

Fernando Neves - Pela CDU, o Membro Fernando Neves. -----

Presidente da Assembleia - Penso que não é necessário fazer votação secreta, faz-se uma única lista, mas a Assembleia é que decide. -----

Todos os Membros concordam em fazer apenas uma lista com as designações apresentadas. O Presidente da Assembleia coloca a lista a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Vítor José Correia Maria Vieira, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífar, Hélder Manuel Rodrigues Sousa, José Cabrita, Vítor José Cabrita Neto, Fernando Vieira Vitória Cabrita, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Francisco José Pereira Oliveira, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Fernando Manuel de Sousa Gregório, Berto José Rita Palma e Fernando Cabrita Neves. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

O Presidente da Assembleia sugere que os pontos seguintes sejam discutidos em conjunto e votados separadamente. Todos concordaram. -----

PONTO QUINTO e PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª revisão das Grandes Opções do Plano 2009/2012, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 3ª revisão do Orçamento para o ano 2009, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Francisco Oliveira - Era só para manifestar a posição do PS. Na sequência daquilo que foi o voto do PS relativamente às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento e o que foi da extensão tendo em consideração que algumas das dúvidas deveriam ser olhadas de uma forma diferente, não podemos ter outra posição que não seja a abstenção a estas propostas, uma vez que elas continuam com as estratégias de inicialmente. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação das propostas em separado. -----

VOTAÇÃO: 2ª REVISÃO GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2009/2012 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: oito (08) Vítor José Cabrita Neto, Fernando Vieira Vitória Cabrita, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Francisco José Pereira Oliveira, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Berto José Rita Palma e Fernando Cabrita Neves. -----

Votos a favor: catorze (14) Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Vítor José Correia Maria Vieira, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro, Hélder Manuel Rodrigues Sousa. -----

Ausências: duas (02) Fernando Manuel de Sousa Gregório e José Cabrita. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

VOTAÇÃO: 3ª REVISÃO ORÇAMENTO PARA 2009 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: oito (08) Vítor José Cabrita Neto, Fernando Vieira Vitória Cabrita, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Francisco José Pereira Oliveira, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Berto José Rita Palma e Fernando Cabrita Neves. -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Vítor José Correia Maria Vieira, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro, Hélder Manuel Rodrigues Sousa e José Cabrita. -----

Ausências: uma (01) Fernando Manuel de Sousa Gregório -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----

PONTO SETIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público (art. 130º a 154º do D.L. n.º18/2008 de 29 de Janeiro) para prestação de serviços de transporte colectivo de passageiros em circuitos não definidos, até ao limite de 1 200 000.00 Euros, nos termos do n.º1 e do n.º6 art. 22º do D. L. n.º 197/99 de 8 de Junho.

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Francisco Oliveira - Na proposta que nos é apresentada está escrito até ao limite de duzentos mil euros, mas depois lá dentro na informação refere um milhão e duzentos mil. -----

Presidente da Assembleia - É um lapso do ofício. Na proposta vem correcto. -----

Fernando Neves - A ideia que tenho sobre isto, posso estar enganado, é de que, vão abrir concurso, há uma ou duas empresas que concorrem, e depois a Câmara vai alugar autocarros a essas firmas. A Câmara está a pensar eliminar os autocarros que têm e os funcionários, ou mantêm os próprios autocarros que já têm? Poderia dar uma explicação de como vai funcionar. -----

Presidente da Câmara - Como vocês sabem nós temos uma série de autocarros e um conjunto de motoristas. E os nossos autocarros têm prioridades nas escolas, e normalmente só são utilizados e cedidos quando as escolas estão servidas. Mas para além das escolas, temos as Juntas de Freguesia, as Associações, temos os Clubes Desportivos, ou seja, temos um sem número de pedidos do concelho para que as nossas equipas, quase todas da formação, os Clubes de Dança, a Academia de Dança, as Danças de Salão, os diversos desportos das mais diversas modalidades, solicitam sempre autocarros e normalmente esses pedidos são quase sempre para o fim-de-semana. Em Janeiro entrou em vigor uma Lei em que os nossos motoristas não podem atingir mais do que 60% ou não podem atingir mais do que cem horas por ano. Ora, nós estamos em Albufeira, ou seja, enquanto um motorista de Lisboa vai ao Porto e vem em seis, sete horas, nós para fazermos a mesma viagem dá vinte e quatro horas. Tudo isto faz com que os nossos motoristas tenham um número de horas insuportável no contexto da legislação. Assim, é muito difícil cumprir a Lei, e a legislação é muito exigente nesta matéria. A forma seria, os autocarros são para as escolas, motoristas para as escolas, e não sobra quase nada. Então, a forma que nós temos para servir os Clubes, as Juntas de Freguesia, as Associações e que a formação, o desporto, a cultura continue a funcionar, é esta. Os nossos autocarros e os nossos motoristas, prioridade absoluta às escolas, fins-de-semana e visitas maiores, alugam-se autocarros. Assim serviremos os Clubes, as Associações, mas cumprimos a Lei. É a única forma que encontramos. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Cabrita Neves -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Vítor José Correia Maria Vieira, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífarro, Hélder Manuel Rodrigues Sousa, José Cabrita, Vítor José Cabrita Neto, Fernando Vieira Vitória Cabrita, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Francisco José Pereira Oliveira, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Fernando Manuel de Sousa Gregório e Berto José Rita Palma. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:35 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 29 de Julho de 2009 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____